



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

# **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES**

**2022**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**

**LENILSON DA FONSECA LACERDA**

Presidente da Câmara Municipal de Águia Branca

**MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES**

Controladora Geral do Município  
OAB/ES 29.295 - Decreto 9.245/2021

**FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE**

Auditora Pública Interna  
CRC ES – 018478/O-5

# **2022**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PODERES**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Águia Branca

**Gestor responsável:** Lenilson da Fonseca Lacerda

**Exercício:** 2022

## **1. RELATÓRIO**

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELUCI, sobre as contas do exercício financeiro de 2022 da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca – CMAB.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2022, a Unidade Gestora encaminhou, a esta Controladoria Geral, em 02/02/2023 as peças contábeis da Prestação de Contas Anual para análise.

Assevera-se que em razão da ausência de alguns documentos, foi Oficiado a Unidade Gestora a complementação da documentação, que foi encaminhada em 16/02/2023.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

### **1.1. INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

---

<sup>1</sup> Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

**TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES**

**1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA**

**1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

Ponto de Controle 1.1.2 – Despesa – realização sem prévio empenho						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	<a href="#">Relatório de Auditoria do Processo nº 5010/2022</a>	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01.01.2022 a 31.08.2022 no total de R\$ 421.499,25  Total de processos de despesa no período de 01.01.2022 a 31.08.2022: 186 processos  Período Analisado: 01.01.2022 a 31.08.2022	Amostra de despesas no valor de: R\$ 244.857,88  Quantidade da Amostra: 93 processos de despesa.  Período Analisado: 01.01.2022 a 31.08.2022

Análise realizada através de Procedimento de Auditoria de Conformidade, com exame documental dos processos de despesas selecionados, que conferem a confiabilidade de 99,44% (noventa e nove vírgula quarenta e quatro por cento) da conformidade das despesas empenhadas. Partindo da análise do valor total da despesa empenhada na Câmara Municipal de Águia Branca no período de 01.01.2022 a 31.08.2022 que foi de R\$421.499,25 (quatrocentos e vinte e um mil quatrocentos e noventa e nove reais, e vinte e cinco centavos), em



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

comparação com a **Amostra selecionada pela Equipe de Auditoria em R\$ 244.857,88 (duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos)**, verifica-se a conformidade do processo de empenho das despesas da Câmara Municipal de Águia Branca. Ademais, foram encaminhadas proposições de melhoria a fim de que haja aprimoramento nos procedimentos de controle da despesa pública da Unidade Gestora.

### 1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.2 – Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD  Listagem de Pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública  Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2022:  <b>RPPS= R\$ 288.389,54</b>  <b>RGPS= R\$ 87.198,05</b>  Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2022:  <b>R\$ 375.587,59</b>  Período analisado: 12 meses



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao ABPREV pela Câmara Municipal de Águia Branca**

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2022	14.02.2022	24.01.2022	R\$ 18.438,67	SIM
Janeiro/2022	14.02.2022	31.01.2022	R\$ 0,30	SIM
Fevereiro/2022	15.03.2022	18.02.2022	R\$ 16.981,51	SIM
Março/2022	14.04.2022	30.03.2022	R\$ 21.208,54	SIM
Abril/2022	16.05.2022	29.04.2022	R\$ 20.356,65	SIM
Maio/2022	14.06.2022	31.05.2022	R\$ 26.278,94	SIM
Junho/2022	14.07.2022	30.06.2022	R\$ 24.369,32	SIM
Julho/2022	12.08.2022	29.07.2022	R\$ 24.320,31	SIM
Agosto/2022	15.09.2022	30.08.2022	R\$ 24.320,31	SIM
Setembro/2022	17.10.2022	29.09.2022	R\$ 24.611,38	SIM
Outubro/2022	16.11.2022	27.10.2022	R\$ 28.304,70	SIM
Novembro/2022	14.12.2022	30.11.2022	R\$ 32.771,29	SIM
Dezembro/2022	13.01.2023	20.12.2022	R\$ 26.427,62	SIM
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 288.389,54</b>	

\*Fonte: Listagem de Pagamentos de contribuições previdenciárias ao RPPS.

**Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social**

**Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao INSS**

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2022	24.01.2022	R\$ 6.720,00	SIM
Fevereiro/2022	22.02.2022	R\$ 6.720,00	SIM
Março/2022	30.03.2022	R\$ 6.720,00	SIM
Abril/2022	29.04.2022	R\$ 7.257,60	SIM
Maio/2022	31.05.2022	R\$ 7.257,60	SIM
Junho/2022	30.06.2022	R\$ 7.257,60	SIM
Julho/2022	29.07.2022	R\$ 7.257,60	SIM
Agosto/2022	30.08.2022	R\$ 7.517,12	SIM



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

Setembro/2022	29.09.2022	R\$ 7.596,12	SIM
Outubro/2022	31.10.2022	R\$ 7.596,12	SIM
Novembro/2022	30.11.2022	R\$ 7.596,12	SIM
Dezembro/2022	20.12.2022	R\$ 7.702,17	SIM
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 87.198,05</b>	

\*Fonte: Listagem de Pagamentos de contribuições previdenciárias ao INSS.

Conclui-se pela análise dos documentos da Prestação de Contas Anual em conjunto com a Listagem de pagamentos de contribuições previdenciárias, que a Unidade Gestora realizou de forma tempestiva os pagamentos referentes às contribuições previdenciárias patronais referentes ao RPPS e ao RGPS.

Ponto de Controle 1.2.4 – Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.4	Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE  Listagem de Pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal, 523/02, art. 79 - RPPS RGPS	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS no exercício de 2022: <b>R\$ 98.787,23</b>  Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RGPS no exercício de 2022: <b>R\$ 40.111,49</b>	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2022: <b>R\$ 138.898,72</b>  Período analisado: 12 meses





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

		Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS			Período analisado: 12 meses	
--	--	---	--	--	-----------------------------	--

**Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao ABPREV pela Câmara Municipal de Águia Branca**

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2022	14.02.2022	24.01.2022	R\$ 7.304,63	SIM
Fevereiro/2022	15.03.2022	22.02.2022	R\$ 6.727,25	SIM
Março/2022	14.04.2022	30.03.2022	R\$ 8.401,79	SIM
Abril/2022	16.05.2022	29.04.2022	R\$ 8.064,31	SIM
Maió/2022	14.06.2022	31.05.2022	R\$ 8.488,81	SIM
Junho/2022	14.07.2022	30.06.2022	R\$ 7.871,96	SIM
Julho/2022	12.08.2022	29.07.2022	R\$ 7.856,12	SIM
Agosto/2022	15.09.2022	30.08.2022	R\$ 7.856,12	SIM
Setembro/2022	17.10.2022	29.09.2022	R\$ 7.950,15	SIM
Outubro/2022	16.11.2022	27.10.2022	R\$ 9.143,19	SIM
Novembro/2022	14.12.2022	30.11.2022	R\$ 10.586,04	SIM
Dezembro/2022	13.01.2023	20.12.2022	R\$ 8.536,86	SIM
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 98.787,23</b>	

\*Fonte: Listagem de pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública. Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE.  
Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS

**Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social**

**Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao INSS**

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2022	24.01.2022	R\$ 3.141,43	SIM
Fevereiro/2022	22.02.2022	R\$ 3.028,09	SIM
Março/2022	30.03.2022	R\$ 3.028,09	SIM



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

Abril/2022	29.04.2022	R\$ 3.363,93	SIM
Maior2022	31.05.2022	R\$ 3.363,93	SIM
Junho/2022	30.06.2022	R\$ 3.363,93	SIM
Julho/2022	29.07.2022	R\$ 3.363,93	SIM
Agosto/2022	30.08.2022	R\$ 3.456,97	SIM
Setembro/2022	29.09.2022	R\$ 3.490,83	SIM
Outubro/2022	31.10.2022	R\$ 3.490,83	SIM
Novembro/2022	30.11.2022	R\$ 3.490,83	SIM
Dezembro/2022	20.12.2022	R\$ 3.528,70	SIM
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 40.111,49</b>	

\*Fonte: Listagem de Pagamentos de contribuições previdenciárias ao INSS.

**Contribuições previdenciárias – parte servidor**

Regime de Previdência	DEMCSE		FOLHA DE PAGAMENTO	% Registrado (A/Cx100)	% Recolhido (B/Cx100)
	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido (C)		
Regime Próprio de Previdência Social	98.787,23	98.787,23	98.787,23	100,00	100,00
Regime Geral de Previdência Social	40.111,49	40.111,49	40.111,49	100,00	100,00

Fonte: DEMCSE; Folha de pagamento no CidadES;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Ponto de Controle 1.2.5 – Parcelamento de débitos previdenciários**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	<p>Balanco Patrimonial - BALPAT</p> <p>Balancete da Verificação – BALVER</p> <p>Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE</p> <p>DELREP – Declaração sobre repasse integral das contribuições previdenciárias (servidor e patronal)</p>	<p>CF/88, art.40; LRF, art.69; Lei 9717/1998, art.1º; Lei 8.212/1991; Regime de Competência.</p>	<p>Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários:</p> <p>a) estão sendo registrados como passivos da entidade;</p> <p>b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS;</p> <p>c) se o saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.</p>	<p>Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA:</p> <p>Balanco Patrimonial - BALPAT</p> <p>Balancete da Verificação – BALVER</p> <p>Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE</p> <p>DELREP – Declaração sobre repasse integral das contribuições previdenciárias (servidor e patronal)</p> <p>Conforme análise extraída do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, e da Listagem de Pagamentos de obrigações previdenciárias ao INSS e ao RPPS, através da amostra de Recolhimento Previdenciário, não foram constatados</p>	<p>Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA:</p> <p>Balanco Patrimonial - BALPAT</p> <p>Balancete da Verificação – BALVER</p> <p>Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE</p> <p>DELREP – Declaração sobre repasse integral das contribuições previdenciárias (servidor e patronal)</p> <p>Conforme análise extraída do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, e da Listagem de Pagamentos de obrigações previdenciárias ao INSS e ao RPPS, através da amostra de Recolhimento Previdenciário, não foram constatados</p>



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

						parcelamentos de débitos previdenciários.
--	--	--	--	--	--	---

Conforme análise extraída do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, e da Listagem de Pagamentos de obrigações previdenciárias ao INSS e ao RPPS, através da amostra de Recolhimento Previdenciário, não foram constatados parcelamentos de débitos previdenciários.

### 1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.1 – Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanco Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis - INVINT	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanco Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV.	Período Analisado: 12 meses  Valor total dos Bens Móveis: R\$ 137.293,49  Valor total do Inventário de Bens Móveis: R\$ 137.293,49  Valor total do Inventário de Bens Imóveis: R\$ 0,00



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

				ou exaustão, e as devidas reavaliações.		Valor total do Inventário de Bens Intangíveis: R\$ 0,00
--	--	--	--	---	--	---

Consoante os dispositivos legais previstos no art. 37, caput da Constituição Federal c/c artigos 94 a 96 da Lei 4.320/1964 verificou-se pelo Balanço Patrimonial – BALPAT que os valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV. Registra-se que a Unidade Gestora – Câmara Municipal de Água Branca não possui bens imóveis e bens intangíveis, de modo que os arquivos referentes ao Inventário de Bens Imóveis – INVIMO e o Inventário de Bens Intangíveis – INVINT foram gerados sem informações prestadas.

Ponto de Controle 1.3.3 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	Balanço Patrimonial – BALPAT  Extrato Bancário em 31/12/2022 - EXTBAN -  Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Conta Corrente Número 340774-9 Agência 0180 Água Branca/ES BANCO BANESTES  Período analisado: 12 meses	Conta Corrente Número 340774-9 Agência 0180 Água Branca/ES BANCO BANESTES  Período analisado: 12 meses



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Ponto de Controle 1.3.4 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP;  Extrato bancário em 31/12/2022 - EXTBAN  Balanço Financeiro - BALFIN;  Balanço Patrimonial - BALPAT;  Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES  Total: R\$ 0,00  Período Analisado: 12 meses  Foi identificado a integridade dos valores evidenciados pelas demonstrações contábeis com os valores registrados no extrato bancário no final do exercício.	Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES  Total: R\$ 0,00  Período Analisado: 12 meses

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os valores extraídos dos demonstrativos da prestação de contas anual em análise:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Análise das Disponibilidades Financeiras**

Banco	Ag.	Conta	Saldo Contábil (a)	Saldo Bancário	Saldo Bancário Conciliado (b)	Difer. (b-a)	Saldo Bancário Recebido (Extrato Automatizado)
021	0180	3.407.74-9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: Prestação de Contas Anual/2022 – TVDISP, EXTBAN.

**Caixa e Equivalente de Caixa (Saldo Contábil)**

Contas Contábeis	Balanço Patrimonial (a)	TVDISP (b)	Diferença (a-b)
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00

Fonte: Prestação de Contas Anual/2022 – TVDISP, BALPAT

Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, em confronto com os extratos bancários e o Balanço patrimonial – BALPAT, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, qual seja, 021 - Banco Banestes – Agência 0180, Conta Corrente 3407749, conforme determina a Lei Complementar 101/2000, no art. 43 c/c art. §3º do art. 164 da Constituição Federal.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Além disso, da conciliação entre os registros constantes dos extratos bancários e contábeis, no encerramento do exercício financeiro de 2022, relativos às disponibilidades financeiras em conta corrente/aplicação, através do Balanço Patrimonial – BALPAT, Balanço Financeiro – BALFIN, Demonstração do Fluxo de Caixa – DEMFCA, e Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, verifica-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.

Ponto de Controle 1.3.7 – Obrigações Contraídas no último ano do mandato						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano do mandato	Balanço Financeiro – BALFIN  Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP  Balanço Patrimonial - BALPAT	LC 101/2020, art.42	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Conciliação das informações contábeis dos demonstrativos: Balanço Financeiro – BALFIN, Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP, Balanço Patrimonial – BALPAT, ao qual verificou-se que as obrigações foram cumpridas integralmente dentro do exercício financeiro.  Balanço Financeiro – BALFIN Pagamento de Restos a Pagar não processados:	Período analisado: 12 meses  Balanço Financeiro – BALFIN Pagamento de Restos a Pagar não processados: R\$0,00  Pagamento de Restos a Pagar processados: R\$0,00  Balanço Patrimonial - BALPAT Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: R\$0,00





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

					R\$0,00  Pagamento de Restos a Pagar processados: R\$0,00  Balanço Patrimonial – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: R\$0,00  Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP R\$0,00	Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP: R\$0,00
--	--	--	--	--	--	--

#### 1.4 Limites Constitucionais e legais

Ponto de Controle 1.4.6 – Despesa com pessoal - abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Relatório de Gestão Fiscal - RGF  Verificação das despesas empenhadas no Portal da Transparência no exercício de	LC 101/2000, Art.18	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Em análise ao ponto de controle, evidencia-se que não foram realizadas contratações que configurassem mão de obra terceirizada em substituição de servidores.	Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Outras despesas correntes decorrentes de contratação de terceirizada ou contratação de forma direta.  Verificação das despesas empenhadas no Portal da Transparência no exercício



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

		2022 <sup>2</sup>  Verificação dos Contratos realizados pela Câmara Municipal publicados no Portal da Transparência no exercício de 2022				de 2022 <sup>3</sup>  Verificação dos Contratos realizados pela Câmara Municipal publicados no Portal da Transparência no exercício de 2022  Período Analisado: 12 meses
--	--	--	--	--	--	--

**Ponto de Controle 1.4.7 – Despesa com pessoal limite**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal - RGF  Relatório de Gestão – RELGES	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68  Gasto com pessoal incluindo encargos sociais: R\$ 1.593.856,04	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68  Gasto com pessoal incluindo encargos sociais: R\$ 1.593.856,04

<sup>2</sup> Listagem de empenhos da Câmara Municipal de Água Branca. Exercício de 2022. Disponível em: <https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx>

<sup>3</sup> Listagem de empenhos da Câmara Municipal de Água Branca. Exercício de 2022. Disponível em: <https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx>



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

		Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD		observados.	Percentual dos gastos com folha 3,07% (Limite apurado)  Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,687	Percentual dos gastos com folha 3,07% (Limite apurado)  Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,687  Período Analisado: 12 meses
--	--	---	--	-------------	---	--

Consoante os arquivos apresentados na PCA, Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, Relatório de Gestão Fiscal - RGF e Balancete Analítico da Despesa Orçamentária – BALEXOD, verifica-se que os Limites constantes dos artigos 18 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF que tratam de limitação das despesas com pessoal foram obedecidos, sendo que o gasto total com pessoal incluindo encargos sociais totalizou R\$ 1.593.856,04 (um milhão quinhentos e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos) representando um percentual de 3,07% de Limite Apurado, estando abaixo do Limite Máximo de 6% da Receita Corrente Líquida, conforme tabela abaixo:

**Despesas com pessoal – Poder Legislativo:**

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita corrente líquida – RCL	R\$ 51.949.344,68
b) Despesas totais com pessoal	R\$ 1.593.856,04
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a)	3,07%
d) % Limite das despesas totais com pessoal em relação à RCL	6%

*Fonte: Relatório de Gestão Fiscal; RELGES; BALEXOD*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

Ponto de Controle 1.4.8 – Despesa com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	Atos publicados no Portal da Transparência  Lei nº 1699/2022 Resolução nº 64/2022 Resolução nº 65/2022	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas no artigo 21, da LRF.	Lei nº 1699/2022 Resolução nº 64/2022 Resolução nº 65/2022.  Em análise aos atos normativos praticados, verifica-se que a Unidade Gestora não praticou atos que provocaram aumento de despesa em conformidade com o art. 21, LRF	Período Analisado: 12 meses  <b>-Lei nº 1699/2022</b> com Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).  <b>- Resolução nº 64/2022</b> com Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF); e Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

						<b>-Resolução nº 65/2022</b> com Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF), e Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).
--	--	--	--	--	--	---

**Ponto de Controle 1.4.9 – Despesa com pessoal – aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato	Atos normativos publicados no Portal da Transparência nos últimos 180 dias do mandato:  Resolução nº 64/2022 Resolução nº 65/2022	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedido nos últimos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder	Atos normativos aprovados nos últimos 180 dias do final do mandato  No tocante a Resolução nº 64/2022 – editada em 07/12/2022, ressalta-se que muito embora a despesa tenha se produzido no final do mandato, não é suficiente a comprometer o orçamento vigente da Unidade Gestora,	Resolução nº 64/2022 – editada em 07/12/2022  Resolução nº 65/2022 – editada em 15/12/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

					eis que o gasto não influenciou em violação ao limite de despesa com pessoal, não infringindo a norma contida no art. 20 da LRF.	
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 1.4.10 – Despesa com pessoal limite prudencial vedações						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.10	Despesas com limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Relatório de Gestão – RELGES Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Conforme análise do limite apurado, observou-se que as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF não foram aplicadas a Câmara Municipal de Água Branca/ES, em razão ausência de descumprimento com limite prudencial previsto em lei.	Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,68 Limite Apurado: 3,07% R\$ 1.593.856,04 <b>Limite Prudencial: 5,70% R\$ 2.961.112,65</b>



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Examinando o Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, o Relatório de Gestão Fiscal e o Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, nota-se a ausência de descumprimento com limite prudencial, sendo que os gastos com pessoal totalizaram 3,07%, estando abaixo do limite prudencial de 5,70% e abaixo do Limite Máximo de 6%, seguindo a conformidade da previsão legal do art. 22, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000.

Ponto de Controle 1.4.11 – Despesa com pessoal extrapolação do limite providências						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências /Medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Relatório de Gestão – RELGES Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Não ocorreu extrapolação do limite de despesas com pessoal previsto no art. 20 da LRF.	Período Analisado: 12 meses  Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,68  <b>Limite Apurado: 3,07%</b> <b>R\$ 1.593.856,04</b>

Registra-se através do Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, que as despesas totais com pessoal não extrapolaram o limite estabelecido no art. 20 da LRF, de modo que não se fizeram necessárias, a adoção de medidas de contenção.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Ponto de Controle 1.4.12 – Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Lei nº 1.667/2021 – LOA Lei nº 1.634/2021 - LDO Resolução Nº 064/2022 Resolução Nº 065/2022 Lei nº 1699/2022	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise aos atos normativos praticados no exercício de 2022, quais sejam: Lei nº 1699/2022; Resolução Nº 064/2022; e Resolução Nº 065/2022, verifica-se a existência de prévia dotação orçamentária e autorização na LDO para expansão da despesa com pessoal.	Período Analisado: 12 meses  Lei nº 1.667/2021 – LOA  Lei nº 1.634/2021 - LDO  Resolução Nº 064/2022  Resolução Nº 065/2022  Lei nº 1699/2022





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Ponto de Controle 1.4.13 – Poder Legislativo - Despesa com folha de pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	Relatório de Gestão Fiscal – RGF  Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD  Relatório de Gestão Fiscal – RGF  Decreto Administrativo nº001/2021  Lei Municipal nº 1.699/2022	CRFB/88, art. 29-A, §1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Valor total da despesa com Folha de Pagamento: R\$ 1.218.268,45  Limite Apurado: 61,85%  Limite Máximo: 70% R\$ 1.378.999,95	Anual Período Analisado: 12 meses  Total de Repasse de duodécimos recebidos no exercício: R\$1.969.999,92  Total da Despesa legislativa com Folha de Pagamento: R\$1.218.268,45  Limite Apurado: 61,85%  Limite Máximo: 70% R\$ 1.378.999,95

Em conformidade com o art. 29-A, §1º da Constituição Federal o total de gastos com folha de pagamento no exercício do ano de 2022 não excedeu o limite máximo de 70%, sendo totalizado o montante de R\$ 1.218.268,45 (um milhão duzentos e dezoito mil e duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco), representando 61,85% do valor de repasse de Duodécimo do Poder Executivo, conforme tabela demonstrativa abaixo:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Gastos Folha de Pagamentos – Poder Legislativo:**

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Total de Duodécimos (Repasse) Recebidos no Exercício	R\$1.969.999,92
b) Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento	R\$1.218.268,45
c) % Gasto com folha de pagamentos (b*100/a)	61,85%
d) % Limite Gasto com folha de pagamentos	70,00%

Fonte: RELGES; BALEXOD; RGF; Decreto Administrativo 001/2021, Lei Municipal nº1.699/2022

Ponto de Controle 1.4.17 – Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	Decreto Administrativo nº 001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022  FIXSUB	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017  Lei Municipal nº 1.699/2022 – Reajuste Anual  Vereador: Subsídio de R\$ 3.780,00	Decreto Administrativo nº 001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022 Vereador: Subsídio de R\$ 3.780,00  Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00  Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25  Limite Máximo: 20%



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

					Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00	Limite Apurado: 13,82% (Vereador) 15,79% (Vereador Presidente)  Período Analisado: 12 meses
--	--	--	--	--	---	---

Partindo da análise realizada da Fixação dos subsídios dos Vereadores, evidencia-se que o Decreto Administrativo nº 001/2021 que dispõe sobre a fixação do subsídio dos vereadores do Município de Águia Branca para a legislatura que se iniciou-se em 2021 e a Lei Municipal nº 1.699/2022 que dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos Servidores Públicos, dos Secretários, do Prefeito e do Vice-prefeito do município de Águia Branca/ES, bem como dos Vereadores e dos Servidores do Poder Legislativo, atendem aos limites previstos no art. 29, inciso VI da Constituição Federal de 1988, obedecendo à fixação de subsídio de Vereadores uma legislatura para outra.

Ponto de Controle 1.4.18 – Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos Vereadores - pagamento	Decreto Administrativo nº 001/2021  Lei Municipal nº 1.699/2022  FIXSUB	CRFB/88, art.29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017  Vereador: Subsídio de	Decreto Administrativo nº 001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022 Vereador: Subsídio de R\$ 3.780,00  Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

					R\$ 3.780,00  Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00  Lei Municipal nº 1.699/2022 – Reajuste Anual	Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25  Limite Máximo: 20% Limite Apurado: 14,93% (Vereador) 17,06% (Vereador Presidente)  Período Analisado: 12 meses
--	--	--	--	--	---	--

Assevera-se que o pagamento do subsídio dos Vereadores, previsto através do Decreto Administrativo 001/2021 e revisado pela Lei Municipal nº 1.699/2022, atende aos limites previstos no art. 29, inciso VI da Constituição Federal de 1988, correspondendo ao percentual de 14,93% do limite de correlação com o subsídio dos Deputados Estaduais, conforme tabela abaixo:

**Gasto Individual com Subsídio – Poder Legislativo:**

<b>DESCRIÇÃO:</b>	<b>Valor (R\$):</b>
a) Subsídio do Deputado Estadual - Base Referencial Individual	R\$ 25.322,25
b) Gasto Individual com Subsídios dos Vereadores	R\$ 3.780,00
c) % de correlação com o subsídio do deputado estadual (b*100/a)	14,93%
d) % Limite de correlação com o subsídio do deputado estadual	20%

Fonte: FIXSUB; Decreto Administrativo 001/2021, Lei Municipal nº 1.699/2022.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Ponto de Controle 1.4.19 – Despesas com pessoal remuneração vereadores						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	Portal da transparência da Câmara Municipal de Águia Branca  Tabela fornecida pela Contabilidade da PMAB.  RELGES	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	RCL= R\$ 51.949.344,68  Gasto total anual com o subsídio dos Vereadores: R\$ 407.040,00  Percentual de gastos com subsidio dos Vereadores em 0,78%, respeitando o limite legal de 5%	<b>RECEBIMENTO TOTAL ANUAL DOS VEREADORES:</b> ALTAIR ANDREA POLEZ R\$44.520,00  AMARILDO FRANSKOVIASK R\$44.520,00  ANTONIA APARECIDA CASSUNDE DE OLIVEIRA R\$44.520,00  FLORESMIL BARBOSA FIUZA R\$44.520,00  GEOVANE NICHIO RONCONI R\$44.520,00  JOSÉ CARLOS PARANHO R\$44.520,00  LENILSON DA FONSECA LACERDA R\$50.880,00  MARTA MARIA ALVES DA SILVA FARIAS R\$44.520,00  WALACE ANTONIO DA SILVA SOUZA



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

						R\$44.520,00  Gasto total anual com o subsídio dos Vereadores: <b>R\$ 407.040,00</b>  RCL= R\$ 51.949.344,68  Percentual de gastos com subsidio dos Vereadores em 0,78%, respeitando o limite legal de 5%
--	--	--	--	--	--	---

Em análise aos dados do subsídio anual dos vereadores constante no Portal da Transparência, em confronto com o Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES referente ao subsídio mensal dos Vereadores, apurou-se a não ocorrência de violação do limite legal previsto no art. 29, inciso VII da Constituição Federal, isto é, as despesas totais com pagamento de subsídios de vereadores alcançaram R\$407.040,00 (quatrocentos e sete mil e quarenta reais), correspondendo a 0,78% das Receitas Municipais, conforme tabela demonstrativa abaixo:

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receitas Municipais – Base Referencial Total	R\$ 51.949.344,68
b) Gasto Total com Subsídios dos Vereadores	R\$ 407.040,00
c) % Compreendido com subsídios (b*100/a)	0,78%
d) % Limite	5%

Fonte: RELGES; BALEXOD; Tabela de Transferências do Poder Executivo para o Poder Legislativo Municipal.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Ponto de Controle 1.4.20 – Poder Legislativo Municipal despesa total						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	BALEXOD – Balancete da despesa orçamentária;  Tabela de transferência de Recursos Financeiros da Prefeitura Municipal de Águia Branca para a Câmara Municipal de Águia Branca de Dezembro/2022;  RELGES	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art.153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Constatou-se que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (R\$1.896.739,16) estão abaixo do limite máximo permitido (R\$ 2.148.830,47) em acordo com o mandamento constitucional.	Despesa Total da Câmara: R\$1.896.739,16  Percentual definido pelo artigo 29-A da CRFB/88 de 7%  Receita Tributária: R\$30.697.578,21  Transferência de Duodécimo R\$ 1.969.999,92  Valor Máximo Permitido: R\$ 2.148.830,47  Período Analisado: 12 meses

Com base na documentação que integra a prestação de contas, qual seja Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD em comparação com a Tabela de Transferência de Recursos Financeiros para a Câmara Municipal fornecida pela Contabilidade da Prefeitura Municipal de Águia Branca, afere-se que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (R\$ 1.896.739,16) estão abaixo do valor máximo permitido (R\$ 2.148.830,47), em acordo com o mandamento constitucional, conforme transcreve abaixo:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita tributária e transferências (Art. 29-A CF/88)	R\$ 30.697.578,21
b) % máximo para o município	7%
c) Valor máximo permitido para transferência (b*a).	R\$ 2.148.830,47
d) Gasto total do Poder Legislativo	R\$1.896.739,16

Fonte: RELGES; BALEXOD; Tabela de Transferências do Poder Executivo para o Poder Legislativo Municipal.

### 1.5 Demais atos de Gestão

Ponto de Controle 1.5.1 – Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos que compõe a PCA 2022 enviada ao Controle Interno em 02.02.2023	IN 68/2020 do TCEES	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA 2022 enviada ao Controle Interno em 02.02.2023, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES	PCA 2022 enviada ao Controle Interno em 02.02.2023, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Analisando os documentos que integram a PCA/2022 da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Água Branca, observamos que a documentação enviada ao Controle Interno se encontra em conformidade com o anexo correspondente da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES, que regulamenta a remessa de prestação de contas.

## **2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR**

### **2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária**

<b>Ponto de Controle 2.2.11 – Execução de despesas – créditos orçamentários</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra selecionada</b>
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD  Balancete da Despesa orçamentária – BALEXOD  Relatório de Gestão - RELGES	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Dotação aprovada: R\$1.970.000,00  Total empenhado: R\$ 1.896.739,16  Total liquidado: R\$ 1.896.739,16  Total pago: R\$ 1.896.739,16  %Execução: 96,28%	Total da Despesa Executada no período de 12 meses  Ocorrência de Créditos Adicionais de Natureza Suplementar e Movimentação de Crédito por meio das Leis Autorizativas nº 1667/2021 e nº1766/2022.  Decreto nº 9.871/2022  Portaria nº 19.519/2022  Decreto nº 9.939/2022



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

						Decreto nº 10.014/2022
						Decreto nº 10.700/2022

Em análise ao Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD, o Balancete da Despesa orçamentária – BALEXOD, e os atos normativos de abertura de crédito adicionais, verificou-se que a ocorrência de créditos adicionais no exercício vigente não excedeu o valor do orçamento.

Ponto de Controle 2.2.13 – Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1.634/2021, art.28)  LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1667/2021)  Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD  Balancete da Despesa	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Dotação aprovada: R\$1.970.000,00  Total empenhado: R\$ 1.896.739,16  Total liquidado: R\$ 1.896.739,16  Total pago: R\$ 1.896.739,16  %Execução: 96,28%	Ocorrência de Créditos Adicionais de Natureza Suplementar e Movimentação de Crédito por meio das Leis Autorizativas nº 1667/2021 e nº1766/2022, contendo autorização legislativa e indicação de recursos   Decreto nº 9.871/2022  Portaria nº 19.519/2022  Decreto nº 9.939/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

		orçamentária – BALEXOD				Decreto nº 10.014/2022
		RELGES				Decreto nº 10.700/2022
		Lei Municipal nº 1766/2022				
		Decreto nº 9.871/2022				
		Portaria nº 19.519/2022				
		Decreto nº 9.939/2022				
		Decreto nº 10.014/2022				
		Decreto nº 10.700/2022				

Em análise ao demonstrativo dos créditos adicionais – DEMCAD, bem como Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD verificou-se que a abertura dos créditos adicionais está em conformidade com a Lei Orçamentária Vigente (Lei nº 1667/2021), e possui autorização prevista no art. 28 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1.634/2021).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Ponto de Controle 2.2.28 – Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	CRONOS – Ato normativo Decreto nº 0014/2020  JUSTCRO  Listagem de pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública da Câmara Municipal	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art.37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Quantidade de Pagamentos analisados: 570 registros  Valor total de pagamentos: R\$ 1.896.739,16  Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 09  Valor total de pagamentos realizados fora da ordem cronológica de pagamentos: R\$ 3.263,31	Período analisado: 12 meses  Ordem cronológica dos pagamentos realizados no período de 12 meses.  Total dos pagamentos realizados pela UG no exercício de 2022: 570  Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 09  Valor total de pagamentos realizados fora da ordem cronológica de pagamentos: R\$ 3.263,31  <b>Listagem de credores pagos com quebra da ordem cronológica de pagamentos:</b> Pagamento nº 36/2022 – Liquidação nº 32/2022 – Credor: Kairo José de Oliveira MEI; Pagamento nº 37/2022 – Liquidação nº 33/2022 – Credor: Luiz Paulo Pandolfi Caprini – ME; Pagamento nº 38/2022 – Liquidação nº 34/2022 – Credor: Digitalsing



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

						Certificação Digital LTDA; Pagamento nº 39/2022 – Liquidação nº 35/2022 – Credor: Digitalsing Certificação Digital LTDA; Pagamento nº 40/2022 – Liquidação nº 36/2022 – Credor: A&M Publicações LTDA – ME; Pagamento nº 41/2022 – Liquidação nº 37/2022 – Credor: Aline Gomes Nascimento Rocha; Pagamento nº 42/2022 – Liquidação nº 38/2022 – Credor: Aline Gomes Nascimento Rocha; Pagamento nº 43/2022 – Liquidação nº 39/2022 – Credor: Aline Gomes Nascimento Rocha; Pagamento nº 44/2022 – Liquidação nº 40/2022 – Credor: Judson Pereira de Oliveira – ME.
--	--	--	--	--	--	--

Em análise da Listagem de pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública da Câmara Municipal de Águia Branca em conciliação com o arquivo - Justificativa de Ordem Cronológicas - JUSTCRO, verifica-se a ocorrência de 09 (nove) pagamentos realizados no valor total de R\$3.263,31 (três mil duzentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos), em quebra de ordem cronológica das exigibilidades sem a devida justificativa pertinente, representando a porcentagem de 0,17% dos pagamentos realizados no exercício de 2022 em desconformidade com a norma vigente, não sendo relevante a macular as contas públicas, pelo que se propõe a proposição de sugestões de melhoria nos procedimentos adotados.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Ponto de Controle 2.2.29 – Déficit orçamentário medidas de contenção						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Balancete de Execução Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art.9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Não há ocorrência de déficit orçamentário no exercício de 2022, portanto, não foram necessários a expedição de atos de limitação de empenho e movimentação financeira, uma vez que o orçamento comportou a realização de todas as despesas.	LIMITA Balancete de Execução Orçamentária - BALEXOD Período Analisado: 12 meses

Segundo análise dos documentos que compõe a PCA, em conformidade com a previsão do art. 9º da LC 101/2000, a Unidade Gestora cumpriu as Metas Fiscais Anuais, não excedendo o limite de despesas previsto na Execução Orçamentária no exercício de 2022, não sendo, portanto, necessária à adoção de medidas de limitação de empenho e movimentação financeira.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**2.5 Gestão Previdenciária**

Ponto de Controle 2.5.7 – Servidores Cedidos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.7	Servidores cedidos	DELCEDI – Declaração do ordenador de despesas que o mesmo repassou integralmente todas as contribuições previdenciárias dos servidores cedidos  Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 firmado entre a Prefeitura Municipal de Água Branca e a Câmara Municipal de Água Branca, objetivando cessão de servidora pública e aditivos  Relação de Contribuições anuais ao RPPS da	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Ocorrência de Cessão da Servidora Joismar da Silva Alves à Prefeitura Municipal de Água Branca por meio do Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 e Aditivos.  Verificou-se através do arquivo DECEDEI, em confronto com a relação de contribuições anuais ao RPPS fornecida pela Área de Recursos Humanos, que foram repassadas integralmente as contribuições previdenciárias da servidora cedida.	DELCEDI – Declaração do ordenador de despesas que o mesmo repassou integralmente todas as contribuições previdenciárias dos servidores cedidos  Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 firmado entre a Prefeitura Municipal de Água Branca e a Câmara Municipal de Água Branca, objetivando cessão de servidora pública e aditivos  Relação de Contribuições anuais ao RPPS da Servidora cedida, fornecida pela Área de Recursos Humanos.  Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

		Servidora cedida, fornecida pela Área de Recursos Humanos.				
--	--	---	--	--	--	--

Considerando informações constante na Declaração do Ordenador de Despesas acerca do repasse integral das obrigações previdenciárias dos servidores cedidos – DELCEDI, em confronto com a Relação de Contribuições Anuais ao Instituto dos Servidores Públicos de Águia Branca fornecida pela Área de Recursos Humanos da Prefeitura de Águia Branca, observou-se que repassadas integralmente as contribuições previdenciárias ao RPPS da servidora cedida, como consta na tabela:

Mês/Ano	Quantidade	Base R\$	Valor R\$	Patronal R\$	Custeio Especial suplementar R\$
01/2022	1	6.438,48	901,39	1.084,24	1.126,73
02/2022	1	6.438,48	901,39	1.084,24	1.191,12
03/2022	1	6.438,48	901,39	1.084,24	1.191,12
04/2022	1	6.953,64	973,50	1.170,98	1.286,40
05/2022	1	6.953,54	973,50	1.170,98	1.842,69
06/2022	1	6.953,54	973,50	1.170,98	1.842,69
07/2022	1	6.953,64	973,50	1.170,98	1.842,69
08/2022	1	6.953,54	973,50	1.170,98	1.842,69
09/2022	1	6.953,54	973,50	1.170,98	1.842,69
10/2022	1	6.953,54	973,50	1.170,98	1.842,69
11/2022	1	6.953,54	973,50	1.170,98	1.842,69
12/2022	2	13.907,08	1.947,00	2.341,95	3.685,38

Fonte: Relação de Contribuições Anuais fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos da PMAB





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**Ponto de Controle 2.5.10 – Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização legal**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	DELREP - Declaração de repasse integral das contribuições previdenciárias  BALPAT – Balanço Patrimonial  DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Verificação Documental do DERELP ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias.  Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta parcelamentos de débitos previdenciários.  Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada.	Verificação Documental do DERELP ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias.  Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta parcelamentos de débitos previdenciários.  Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada.  Período Analisado: 12 meses

**Ponto de Controle 2.5.37 – Registro de Admissões**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.37	Registro de Admissões	CidadES – Atos de Pessoal Admissões  CidadES – Extrato de remessa de Concurso	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE	Verificação documental dos Atos de Pessoal Admissões e Extrato de remessa de Concurso no exercício anterior (RCA) no CidadES, ao qual	Verificação documental dos Atos de Pessoal Admissões e Extrato de remessa de Concurso no exercício anterior (RCA) no CidadES.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

		no exercício anterior (RCA)		para fins de registro.	não constam admissões de servidores efetivos no exercício de 2022.	Período analisado: Exercício de 2022.
--	--	-----------------------------	--	------------------------	--	---------------------------------------

## 2.6 Demais atos de gestão

Ponto de Controle 2.63 – Pessoal – contratação por tempo determinado						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca – Aba Pessoal  Atos normativos relativos a pessoal da Unidade Gestora  LEIPESS	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Em consulta ao Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca relativos a dados de pessoal, bem como dos atos normativos publicados, verifica-se que no exercício de 2022 não há ocorrência de contratações por tempo determinado em caráter de necessidade temporária ou excepcional interesse público na Unidade Gestora.	Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca – Aba Pessoal  Atos normativos relativos a pessoal da Unidade Gestora  LEIPESS  Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
**CONTROLADORIA GERAL**

De acordo com a análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, bem como em relação aos dados de pessoal do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca, no exercício de 2022 não ocorreram contratações por tempo determinado em caráter de necessidade temporária ou excepcional interesse público.



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

### 1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação

Após verificação da Prestação de Contas Anual, e no tocante as avaliações contábeis realizadas durante o exercício de 2022, não foram detectados quaisquer achados relevantes que possam macular as contas da Câmara Municipal de Águia Branca.

### 1.3 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

Conforme verificação documental dos pontos de controle, a Prestação de Contas se encontra em conformidade com os ditames legais e normas pertinentes.

O Orçamento Municipal para o exercício financeiro de 2022, objeto da Lei nº 1.667/2021 (LOA), estimou a receita e fixou a despesa para a Câmara Municipal de Águia Branca/ES em R\$ 1.970.000,00 (um milhão e novecentos e setenta mil reais).

A execução orçamentária da Câmara Municipal representa 96,28% da dotação atualizada conforme se evidencia na tabela a seguir:

Unidades gestoras	Dotação Atualizada	Execução	%Execução
Câmara Municipal	1.970.000,00	1.896.739,16	96,28

Fonte: BALEXOD - Prestação de Contas Anual/2022

Constatou-se que no decorrer do exercício foram realizados abertura de Créditos Adicionais, através dos atos normativos:

Lei Autorizativa	Natureza do crédito	Instrumento normativo	Data do instrumento	Valor
Lei nº 1.667/2021	Suplementar	Decreto nº 9.871/2022	20/06/2022	R\$20.000,00
Lei nº 1.667/2021	Movimento de crédito	Portaria 19.519/2022	20/06/2022	R\$10.000,00
Lei nº 1.667/2021	Movimento de crédito	Decreto nº 9.939/2022	17/08/2022	R\$16.000,00
Lei nº 1.667/2021	Suplementar	Decreto nº 10.014/2022	13/10/2022	R\$20.000,00



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Lei nº 1.766/2022	Suplementar	Decreto nº 10.070/2022	15/12/2022	R\$42.000,00
----------------------	-------------	------------------------	------------	--------------

Fonte: RELGES; DEMCAD - Prestação de Contas Anual/2022

As despesas empenhadas somam um total de R\$ 1.896.739,16 tendo-se apurado uma economia orçamentária no valor de R\$ 73.260,84, o que corresponde a 3,72% do que fora fixado.

Do total das despesas empenhadas no exercício, todas foram liquidadas e pagas, sem composição de restos a pagar.

Além disso, conforme avaliado através do Processo de Auditoria nº 5010/2022, em razão da despesa empenhada na Câmara Municipal de Águia Branca no período de 01.01.2022 a 30.08.2022 que foi de R\$421.499,25 (quatrocentos e vinte e um mil quatrocentos e noventa e nove reais, e vinte e cinco centavos), atesta-se o Nível de Confiança de 99,44% (noventa e nove vírgula quarenta e quatro por cento) de conformidade das despesas empenhadas.

Em relação a Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, conforme tabela abaixo:

Conta Caixa Equivalente de Caixa (exercício atual)

<b>Balanço Financeiro (a)</b>	0,00
<b>Balanço Patrimonial (b)</b>	0,00
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: BALFIN; BALPAT – Prestação de Contas Anual/2022

Quanto a Gestão patrimonial, da conciliação do Balanço Patrimonial e com os Inventários de bens móveis, imóveis e intangíveis, verifica-se a inexistência de bens imóveis e intangíveis, contudo, em relação aos bens móveis, denota-se que o patrimônio do órgão reflete adequadamente os saldos constantes dos demonstrativos contábeis.

No que tange a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia um resultado deficitário no valor de R\$ 78.676,44 do patrimônio da Câmara Municipal, conforme apresenta sinteticamente abaixo:



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Especificação	2022
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>	1.969.999,92
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>	2.048.676,36
<b>Resultado Patrimonial do período</b>	<b>(78.676,44)</b>

Fonte: DEMVAP – Prestação de Contas Anual/2022

Em relação ao patrimônio do órgão, não apresenta passivo não circulante, nem Superávit financeiro, conforme síntese do Balanço Patrimonial:

Especificação	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>	0,00	97.527,15
<b>Ativo Não circulante</b>	137.293,49	111.700,47
<b>Passivo circulante</b>	104.269,46	97.527,15
<b>Passivo não circulante</b>	0,00	0,00
<b>Patrimônio líquido</b>	33.024,03	111.700,47

Fonte: BALPAT – Prestação de Contas Anual/2022

Consoante as obrigações previdenciárias, e possíveis medidas de cobrança de créditos previdenciários relativos ao Poder Legislativo Municipal, apurou-se o recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias de forma tempestiva e, em conformidade com a LRF e Lei Municipal nº 523/2002.

Ademais, considerando a prática dos atos de gestão no exercício a que se refere, observa-se que foram respeitadas a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão de recursos públicos no exercício referente à prestação de contas.

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Sr. Lenilson da Fonseca Lacerda, Chefe do Poder Legislativo do Município de Águia Branca, no exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados da Instrução Normativa 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, elencados no **item 1** desta manifestação, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR**.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Águia Branca/ES, 08 de março de 2023.

**MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES**

Controladora Geral do Município  
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021